

ESTUDOS

**D. PEDRO OU D. MIGUEL?
AS OPÇÕES POLÍTICAS DA NOBREZA
TITULADA PORTUGUESA**

MARIA ALEXANDRE LOUSADA

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 4, NOV. 1989

1. Introdução

A imagem dominante sobre o miguelismo é ainda a fabricada pelos liberais oitocentistas: um movimento contra-revolucionário marcado pelo terror, fruto dos interesses particulares da Igreja e da Nobreza e apoiado pelos camponeses, ignorantes das benesses do liberalismo e à mercê do padre e do fidalgo; o seu símbolo, um rei bronco e cruel, manipulado pela mãe, mais virado para os touros e para os fados do que para a arte de governar...¹.

Tal como outros movimentos contra-revolucionários europeus seus congêneres, o miguelismo foi um movimento socialmente heterogêneo² e não apenas um movimento popular e rural. Este artigo não tem a intenção de proceder a uma análise exaustiva dos apoios sociais do miguelismo; destina-se somente a apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o apoio da nobreza titulada a D. Miguel³.

As breves tentativas para caracterizar sociologicamente o miguelismo, com base quantitativa, datam da própria época da contenda. No que diz respeito ao apoio da nobreza, os dados apresentados são muito diversos e contraditórios. Em 1830, o liberal Almeida Garrett escrevia que, nas cortes convocadas por D. Miguel em 1828, «da nobreza não apareceu neste conciliábulo nem a décima parte dos que pelo uso e lei antiga tinham direito a assentar-se em cortes: grande número porque não foi convocada (...); muitos porque voluntariamente se tinham expatriado para fugir à infâmia e ao perjúrio, — e estes eram os mais distintos» (*Portugal na Balança da Europa*, p.140). Já os miguelistas apresentavam um quadro diferente, cingindo-se à nobreza titulada e confrontando os que apoiaram D. Miguel com os que seguiram D. Pedro. Entre muitos outros, um opúsculo publicado em 1832 assegurava que «D. Miguel tem assim da sua parte 130 Nobres e D. Pedro 20, e os mais destes instigados por pique pessoal»⁴. Na historiografia mais recente, José Augusto França, partindo da lista dos pares nomeados em 1826, em que considera estarem incluídos «todos os duques, marqueses e condes então existentes» (e faltando por isso os viscondes e os barões para completar o grupo dos titulados) agrupa 40 em torno da «opção D. Miguel» e 36 da «opção D. Pedro»⁵. Silva Dias, afirmando tomar como base para a «amostra dos alinhamentos constitucionais na aristocracia militar e no alto funcionalismo civil em 1826 e nos anos seguintes, até 1834», os que se recusaram a assinar o assento dos Três Estados em 1828, diz que foram 69 os titulados que seguiram o liberalismo; acrescenta

ainda que, tendo em conta os que assinaram violentados e os que entre 1828 e 1834 se juntaram aos liberais, foram presos ou postos com residência fixa, tal significa que «teremos mais de 40% da nobreza titulada alinhada pelo compromisso histórico»⁶.

O confronto entre os dados apresentados é difícil, senão impossível, de realizar na medida em que, ou não são apresentados conjuntamente os motivos que levaram os autores a classificar politicamente os titulados, e nem sequer é dada a indicação individual destes, ou essas informações surgem isoladas. Tornou-se, portanto, necessário elaborar um quadro que contivesse um conjunto mínimo, mas de algum modo significativo, de informações sobre os nobres titulados de 1828. O texto que se segue procura dar conta dos resultados a que cheguei. Antes, porém, é indispensável caracterizar, ainda que brevemente, esta categoria social cujos comportamentos políticos se vão estudar.

2. Nobreza e nobreza titulada

Não se pretende aqui analisar o complexo estatuto da nobreza em Portugal, sobre a qual recentemente alguns trabalhos se têm vindo a debruçar; é o caso de Monteiro (1987) que procura demonstrar que o limiar inferior da nobreza portuguesa era o mais impreciso da Europa.

O estatuto de nobre, em Portugal, era extremamente amplo⁷. O acesso à nobreza fazia-se sem dificuldades mas, em contrapartida, os privilégios não eram significativos. O grupo não era homogêneo, nele se diferenciando, pelo menos, três grandes categorias cujos estatutos político e social eram distintos: o nobre, o fidalgo de linhagem e o titulado⁸. Entre um simples cavaleiro da Casa Real, um titulado, ou um donatário de bens da Coroa, as distinções não eram meramente formais, antes correspondiam a diferentes situações sócio-políticas e mesmo económicas. No topo das hierarquias nobiliárquicas situavam-se os «grandes», portadores de um título que os diferenciava no interior da nobreza. Por outro lado, dentro do universo titular existiam igualmente diferenciações hierárquicas (títulos com e sem grandeza).

Na maior parte dos casos, os títulos usados pelos nobres portugueses correspondiam a uma graça régia concedida por serviços prestados à Coroa. Esta origem da nobreza titulada portuguesa, a sua quase exclusiva residência em Lisboa e (Monteiro, 1987) o exercício de cargos na Corte, no Governo ou na administração central, aliados ao usufruto de comendas e de bens da coroa, são claros indícios da sua estreita ligação e dependência da Corte e do Rei⁹.

Embora em muitas monarquias europeias do século XVIII à força social da nobreza já não correspondesse um poder político directo¹⁰, esta continuava a ser considerada um dos suportes da sociedade de Antigo Regime e uma das metas da mobilidade social¹¹. Durante esse século, a nobreza transformara-se. Mais do que de declínio, deve talvez falar-se de adaptação às mudanças ocorridas no sistema de poder. Um dos resultados mais importantes foi certamente a criação de elites, incluindo o reforço de uma elite facilmente identificável no interior da nobreza - trata-se da nobreza com título. Este passou a ser um dos novos e inquestionáveis critérios de diferenciação, e provavelmente um dos mais apetecidos. Os nobres titulados ficavam na posse de prerrogativas invejadas, como a de se sentarem na presença da rainha ou serem admitidos aos ofícios da casa real. É certo que o título, cada vez mais honorífico, já não confere funções de poder, antes «marca» a dependência face ao rei/coroa. Mas que importa ser o «resultado do prazer régio» (Henry e Lévy, 1960, 809) se se habita o cume de uma sociedade hierarquizada? Esta nobreza titulada, esta nova hierarquia que nasceu tanto à margem como no interior da antiga nobreza, é por excelência a nobreza de corte e é ela que constitui, «por obrigação e por vocação, durante todo o Antigo Regime e até às vésperas da Revolução, o verdadeiro núcleo da 'boa sociedade' de corte» (Elias, 1987, 37 e 48).

Em Portugal, tal como em Espanha (Vicens Vives, 1977, V, 115), foi sobretudo já durante a crise da sociedade de Antigo Regime que se assistiu à criação de muitos novos titulares, com ou sem grandeza, como recompensa de serviços burocráticos, militares, ou através do exercício da actividade comercial (J.A. França, 1984, 19-33). Tem-se ignorado, contudo, o papel da Guerra Peninsular e das lutas liberais nesta evolução. Ora, a decisão de conflitos por via militar permitiu que os militares se afirmassem enquanto grupo com interesses específicos e legitimassem os seus desejos de intervenção na sociedade portuguesa. Sabe-se que o exército deixara há muito de ser monopólio da fidalguia, do mesmo modo que nem todos os fidalgos seguiam a carreira das armas¹². Em simultâneo, esta nova força que actua no e sobre o sistema político, conduz à revalorização da função tradicional da nobreza — a guerra — e volta a colocar em primeiro plano a via, também tradicional, de acesso à nobreza, nomeadamente no que diz respeito à obtenção de um título. Os fidalgos militares sentem que adquiriram uma dupla importância - enquanto fidalgos e enquanto militares, agora que os dois estatutos não são necessariamente coincidentes - e mostram como a sua acção é decisiva nas lutas políticas. Contrariando, assim, o que em parte se tem dito, a fidalguia provincial de linhagem terá recuperado a sua identidade própria

através da inserção num aparelho militar em crescimento, e uma parte acedeu ao grupo restrito e cobiçado da nobreza titulada, cujo apoio foi disputado e se dividiu entre os dois campos inimigos. O caso dos Silveiras é exemplar: fidalgos de província que seguiram a carreira das armas, a sua actuação militar na guerra contra os exércitos napoleónicos e durante as lutas liberais (recorde-se que lideraram as revoltas absolutistas de 1823 e de 1826-27) permitiu-lhes ampliar a sua influência regional¹³ e obter os almejados títulos¹⁴, ao mesmo tempo que preparava a sua, relativamente frustrada, aliás, integração na elite lisboeta. Num outro registo, são paradigmáticas as reflexões que fez o Marquês de Fronteira nas suas *Memórias* (vol. III, 230 e 324), a propósito da guerra civil de 1832-34:

«Mouzinho da Silveira e José da Silva Carvalho, com a maior boa fé do mundo, entendiam que as leis promulgadas nos Açores eram o Exército que destronaria D. Miguel, e que nós outros, militares, não tínhamos a fazer mais do que a guarda de honra do Regente (...) firmes na ideia de que tudo se faria com a bandeira azul e branca desenrolada e com o código de leis da ditadura na mão. (...) Perguntava, há pouco tempo *O Portuguez*, onde estavam os fidalgos durante as guerras da liberdade. Respondo-lhe agora: no Hospital do Carmo, no Corvello, nas antas e na foz, e os amigos políticos de *O Portuguez* (...) estavam nas Tulherias e no Tortoni, poupando a vida para salvarem a pátria, quando cessasse o fogo».

Finalmente, duas notas mais sobre a importância peculiar desta categoria social. Por um lado, na segunda década do século XIX, quando se alude à nobreza nos discursos políticos está-se a falar da nobreza titulada¹⁵, dessa nobreza que, tal como a aristocracia europeia de corte «em todo o lado eclipsa as nobrezas 'provinciais' ao ponto de formar nos imaginários mentais dos camponeses e dos citadinos o arquétipo de nobreza» (Meyer, 1973, 33). Por outro lado, os seus comportamentos adquiriram uma dimensão simbólica e até institucional (repare-se que foi a ela que D. Pedro recorreu quando criou a Câmara dos Pares), que transcende em muito o seu reduzido peso numérico.

3. *A nobreza titulada de 1828*

Em 1828, entre a chegada de D. Miguel e a convocação das cortes miguelistas, existiam 131 casas tituladas¹⁶. A análise incidiu apenas sobre 121, dado que não se consideraram os títulos dados a estrangeiros (Duque da Vitória, Conde da Bemposta e Conde de Trancoso), as casas sem representante masculino próprio, na altura (Marqueses

de Alegrete, Alorna, Angeja, Marialva e Minas, Conde de Sarzedas), os títulos não confirmados (Conde de Saldanha, criado em 1827 mas só confirmado em 1833), e as situações particulares do Marquês de Soidos e do Bispo de Coimbra — Conde de Arganil.

A existência de casas com vários títulos, em que um ou dois deles eram destinados ao filho primogénito ou secundogénito (exemplos: Pombal-Oeiras-Redinha, Palmela-Calhariz, Olhão-Castro Marim) e o uso do título pelo primogénito ainda em vida do pai, implicava que o número de nobres usando título fosse superior ao das casas tituladas¹⁷. Pelo que, para um conjunto de 121 casas tituladas, existiam 143 nobres usando título em 1828, aquando do assento dos Três Estados em Cortes.

Quadro I — 1828 — CASAS TITULARES E TITULADOS

Títulos	N.º de casas	N.º de titulados	N.º de casas c/vários tit.
Duques	2	2	2
Marqueses	23	25	22 (*)
Condes	46	61	6
Viscondes	31	34	1
Barões	19	21	—
Total	121	143	31

(*) todos, excepto o Marquês/Conde de Viana

Estabelecido o número de casas titulares e de nobres usando título em 1828, procurou-se, em seguida, determinar a sua opção política. Na fixação dos critérios através dos quais fosse possível conhecer o seu comportamento político, depararam-se várias dificuldades, decorrentes quer do carácter fragmentário de muitas das informações disponíveis (que em alguns casos impossibilitou a sua utilização), quer do significado político das variáveis escolhidas, quer ainda da mudança de atitudes por parte de alguns titulados durante a guerra civil.

Os estudos sobre os comportamentos políticos têm vindo a conceder um lugar cada vez mais importante aos factores políticos e sócio-culturais¹⁸, em detrimento dos económicos. Neste trabalho, houve que renunciar, infelizmente, aos dados sobre formação cultural da nobreza titulada portuguesa, embora se suspeite constituírem um dos elementos diferenciadores que, à semelhança do que foi estudado para o caso francês, terá contribuído para as suas opções políticas¹⁹; mas as escassas informações disponíveis sobre as suas bibliotecas, a sua

pertença à maçonaria, à Academia das Ciências de Lisboa²⁰, a sua simpatia pelo filosofismo, as suas práticas religiosas, não são de molde a poderem ser utilizadas com um mínimo de segurança.

A assinatura no assento das Cortes convocadas por D. Miguel em Junho de 1828 parecia, à partida, um indicador seguro da opção política, e como tal tem sido enganadora, mas frequentemente utilizado. Na realidade, a ausência de participação nessas cortes (pessoalmente ou através de procurador) não significou, como se provará, desafeição face ao campo miguelista. Eliminada esta hipótese de classificação, foi sobretudo em função da participação no governo, na administração ou no exército, ou ainda qualquer outra manifestação de apoio como donativos ou empréstimos, que se estabeleceu a opção política dos nobres titulados. De qualquer modo, também neste domínio se tornou necessário procurar informações complementares dado que, por exemplo, um apoio ao governo miguelista sob a forma de donativo podia apenas significar o receio de represálias, tal como a integração no exército ou numa estrutura para-militar (como os Batalhões de Voluntários Realistas). Além disto, não terão sido poucos os que evitaram tomar claramente partido, procurando adaptar-se à nova situação e evitando a prisão ou a emigração com os bens confiscados, como parece ter acontecido em Espanha (Asin e Bullon de Mendoza, 1987); alguns, quando começou a desenhar-se a derrota miguelista terão então mostrado simpatias pela causa liberal; outros houve, todavia, como o Conde de Vila Real, que ao aperceberem-se do rumo dos acontecimentos, logo se demarcaram do novo governo.

As reacções à nova situação política que se desenhava eram ainda atravessadas pelas relações familiares, pela existência de várias correntes políticas e pela razoável imprevisibilidade da evolução política de D. Miguel. No que diz respeito ao primeiro aspecto, existia uma verdadeira trama familiar que ligava as casas tituladas entre si, principalmente entre Marqueses e Condes; não foi possível, no âmbito desta sondagem, averiguar até que ponto as relações de consanguinidade impuseram uma opção política. Apenas constatei que, nas 21 casas com dois representantes usando título, dois seguiram o partido contrário e cinco ter-se-ão mantido neutrais em relação à opção do titular principal. Mais significativo seria estudar as alianças matrimoniais e o comportamento político dos filhos segundos das casas titulares, no sentido de verificar se houve uma reacção multiforme face às lutas políticas no seio das famílias nobres tituladas (não excluindo uma explicação geracional, funcional e mesmo estratégica), ou se, pelo contrário, tendeu a ser uniforme, levando à identificação de famílias liberais e realistas durante o século XIX.

Os nobres titulados foram distribuídos em três grandes grupos, de acordo com a sua opção política: miguelistas, liberais e neutrais ou desconhecidos. Embora redutora, esta classificação baseia-se na oposição política entre liberais e absolutistas, e sacrifica os casos daqueles que, tendo apoiado mais ou menos discretamente o governo miguelista, ou deixado pensar que esse apoio existia, iriam defender de forma inequívoca o lado liberal ainda durante a Guerra Civil. Pode objectar-se que a divisão simples em liberais e absolutistas obscurece a compreensão dos conflitos políticos que atravessaram a sociedade portuguesa na primeira metade do século XIX, sendo preferível a tipologia (revolucionários, reformistas e tradicionalistas) proposta por Hespanha²¹; só que uma análise equacionada nesta base adapta-se de preferência, como o próprio autor afirma, «aos grupos inseridos dentro do bloco do poder» e é sobretudo aplicável aos textos, à produção escrita. Deparam-se, assim, algumas dificuldades na utilização deste esquema conceptual, a mais complicada das quais reside na leitura política das atitudes de grupos e indivíduos que quase não deixaram produção escrita.

Mas, mesmo que continuassem subjacentes diversos projectos políticos, deu-se uma radicalização na vida política²², que se substanciou em duas correntes extremas, polos aglutinadores das práticas políticas. Em 1828 (sobretudo com a chegada de D. Miguel em Fevereiro) a actuação do governo e de boa parte da Igreja foi a principal responsável pelo agravamento dessa fractura política em dois grandes blocos que a guerra civil apenas acentuou; o seu discurso maniqueísta não admitia outra divisão senão a que colocava os «liberais-pedreiros livres-destruidores do trono e do altar», em oposição radical aos «absolutistas-amantes de Deus, do Rei e da Pátria», os «degenerados portugueses» contra os «bons portugueses», e proclamava como única alternativa «vencer ou morrer» (Lousada, 1987). Face à tomada do poder por D. Miguel, e concomitante repressão sobre os liberais, os nobres titulados dividiram-se maioritariamente por um dos dois grupos antagónicos: 120 contra 23 cuja opção política não foi clara, porque se mantiveram neutrais ou para os quais não foram encontradas ou não existem informações suficientes. Esta conclusão, por si só, tem alguma relevância para o estudo do liberalismo em Portugal; mesmo que possa ser rectificadada em alguns casos particulares, julgo que a ordem de grandeza não sofrerá alterações significativas.

O segundo passo desta pesquisa consistiu na procura de explicações para a divisão do apoio dos titulados entre D. Pedro e D. Miguel. Parti de três hipóteses: a opção decorria da antiguidade da casa, da idade do nobre e da sua actuação política desde as invasões france-

sas. Assim, poderia comprovar ou desmentir ideias feitas, como por exemplo, a de que as casas mais antigas tinham ficado do lado de D. Miguel, a de que os nobres mais jovens tinham optado pelo campo liberal e a de que os que haviam combatido na guerra peninsular contra os franceses foram miguelistas ou a de que os nomeados pares em 1826 tinham apoiado D. Pedro. Elaborei, então, uma grelha que permitisse seguir a trajectória política dos nobres titulados desde 1808 até 1834, saber se eram titulados antigos ou de fresca data, e conhecer o grupo etário a que pertenciam em 1828, etc. Procurei, depois, ler estas informações em dois momentos distintos, fundamentais na definição dos comportamentos políticos da nobreza titulada face à aclamação de D. Miguel como rei absoluto: em 1826, com a instituição da câmara dos pares e em 1828 com a convocação das cortes à maneira antiga.

5. *A nobreza titulada e a Câmara dos Pares de 1826*

A carta de 1826, através da criação da Câmara dos Pares, proporcionava teoricamente à nobreza portuguesa - ou melhor, a parte dela, como se verá - uma excelente oportunidade para manifestar a sua presença e a sua força enquanto grupo, como não lhe era possível há quase século e meio, mudança de que, aliás, teve consciência²³. Os discursos proferidos na recém-criada Câmara dos Pares são a esse título exemplares. Entre outros²⁴ retenha-se o do Conde da Ponte, da sessão de 13 de Novembro de 1826 (sublinhados meus):

«(...) Todas as classes da nação ganham com estas novas instituições, estando instaladas duas câmaras: uma que representa a nação e outra que representa o clero e a nobreza (...) Passemos a considerar a nobreza em particular: se a nação em geral ganha, parece que nenhuma classe ganha mais que a nobreza. Os nossos descendentes, e, principalmente, os que hajam de sentar-se nesta câmara, dirão a seus filhos: *se nós somos nobres, se nós existimos neste lugar, o devemos ao senhor D. Pedro IV (...) no mesmo século em que a nobreza portuguesa fez o maior acto de valor e lealdade (1640) foi quando perdeu a sua representação, sendo no fim do século XVII, em 1698, quando se convocaram as últimas cortes. Por consequência, a nobreza, deixou de ter representação com os outros estados do reino*».

Todavia, o novo texto constitucional ao estipular no artigo 39.º que os Pares eram nomeados pelo Rei, não punha termo à interdependência nobreza titulada-Coroa. É certo que a antiga nobreza de corte via agora os seus poderes políticos reforçados, inclusive em comparação com os finais do século XVIII e não apenas com o período

pós 1820; mas, não só foi o Rei que lhos reforçou (em resposta a exigências políticas, é certo), como dependia dele o seu exercício (ou pelo menos, o que não é negligenciável, o seu início). Por outro lado, também do ponto de vista económico continuava ligada à Coroa através das comendas e dos bens da Coroa, usufruídas maioritariamente pelas casas tituladas com grandeza²⁵. Assim se assegurava o poder do rei e ao mesmo tempo a nobreza, a alta nobreza, era conservada como camada social distinta.

Só que, ao nomear para o Pariato apenas os titulados com grandeza (para além dos altos dignitários eclesiásticos), e, mesmo neste caso, com excepções, D. Pedro aprofundou as clivagens no interior da nobreza titulada e da fidalguia em geral e, em simultâneo, terá suscitado a oposição de uma grande parte desta ao novo regime político: no conjunto das 123 casas titulares, existentes em 1826, apenas 72 foram nomeadas para a Câmara dos Pares²⁶.

Mas, o facto de uma parte dos nobres titulados terem juntado aos seus títulos o de Par não provocou a sua adesão ao sistema cartista. Tornou-se, aliás, habitual a crítica feita, nos textos liberais, à actuação dos Pares nobres, mais tarde adeptos da legitimidade de D. Miguel, acusados de bloquearem o andamento dos trabalhos parlamentares. De facto, não existe uma correlação forte entre a pertença à Câmara dos Pares e o apoio à causa liberal ou a D. Miguel. Entre os 143 nobres titulados de 1828, 67 haviam sido nomeados pares (mais 3 titulados que não o foram, embora os pais tenham sido, e o caso discutido do Visconde do Rio Seco); mas dado que só foi nomeado Par um titulado por cada casa (com excepção do Marquês Honorário da Casa Cadaval, que não se incluiu no quadro II) é mais significativo estabelecer a relação com base nas casas titulares e não nos indivíduos. Dos que foram nomeados pares, 7 marqueses, 12 condes e 1 visconde não chegaram a tomar posse; como na maior parte dos casos, foi por falta de idade legal ou por se encontrarem no estrangeiro em missão diplomática²⁷, ignorou-se essa informação.

O quadro, ainda que sugestivo, mostra que a nomeação para a Câmara dos Pares, só por si, não determinou as futuras atitudes políticas desses nobres titulados, o que é inequívoco no grande grupo dos condes que se dividiram mais ou menos homoganeamente entre o apoio a D. Miguel e o apoio a D. Pedro — D. Maria, e os que se mantiveram neutrais ou cuja opção é desconhecida. Incluíram-se também os dados referentes aos não nomeados pares (quadro III) que, como se sabe, incidem sobre os títulos sem grandeza; existe uma correlação forte entre essa não pertença e a futura adesão ao miguelismo²⁸.

Quadro II — Nobreza titulada de 1828.
Opção política das casas tituladas com assento na Câmara dos Pares

CASAS	OPÇÃO POLÍTICA			
	D.Miguel	D.Pedro	Desconh.	Total
Ducados	2	0	0	2
Marquesados	12	8	3	23(a)(b)
Condados	15	14	12	41
Viscondados	1	1	0	2(d)
Baronatos	0	0	0	0
TOTAL (%)	30(44%)	23(34%)	15(22%)	68(100%)

- (a) Excluiu-se o marquês honorário da casa de Cadaval.
 (b) Dos dois marqueses de Lavradio, só o 3.º foi Par, além de liberal; o 5.º marquês não foi nomeado porque não era o titular mais velho e foi apoiante de D. Miguel; apenas se entrou em linha de conta com as informações respeitantes ao 3.º Marquês.
 (c) Não se incluiu o visconde de Rio Seco.

Quadro III — Nobreza titulada de 1828.
Opção política das casas tituladas não nomeadas para a Câmara dos Pares

CASAS	OPÇÃO POLÍTICA			
	D.Miguel	D.Pedro	Desconh.	Total
Ducados	0	0	0	0
Marquesados	0	0	0	0
Condados	3	1	1	5
Viscondados	22	3	4	29
Baronatos	15	2	2	19
TOTAL (%)	40(75%)	6(11%)	7(13%)	53(100%)

6. A nobreza titulada e as Cortes de 1828

Os momentos decisivos da demarcação política só chegarão, para a maioria dos titulados (fora de facto uma minoria, os que haviam participado na revolta liderada pelo Marquês de Chaves entre 1826 e 1827, ou nas Archotadas em 1827) após o regresso de D. Miguel e com as medidas de cariz progressivamente mais acentuado contra o regime cartista. A revolta liberal do Porto e a reunião das Cortes coroaram a ruptura. Anteriormente, porém, já a nobreza titulada

D. PEDRO
OU D. MIGUEL?

manifestara a sua posição política face ao evoluir dos acontecimentos. Fora entre 25 de Abril e 2 de Maio de 1828, na chamada «representação da nobreza». Afirmando-se como «o mais firme sustentáculo do trono», os seus subscritores pedem a abolição da carta constitucional e a convocação das Cortes tradicionais como único meio legítimo do reconhecimento dos direitos ao trono; são conhecidos 84 dos que terão assinado a representação, dos quais 74 eram titulares²⁹. Não foi ainda possível garantir a autenticidade desta representação³⁰ pelo que não é segura uma análise isolada do seu significado. Mais importante para a avaliação das filiações políticas dessa fracção da nobreza portuguesa, é a sua participação ou ausência nas Cortes realizadas entre 23 de Junho e 11 de Julho de 1828.

No assento de 11 de Julho assinaram pelo braço da nobreza 131 indivíduos, 77 dos quais titulados (destes, 32 assinaram por procurador). Em 6 de Maio haviam sido enviadas as cartas individuais de convocação aos nobres titulados, os quais, não podendo assistir deveriam nomear um procurador, e sendo procuradores pelo braço do povo não respondiam pelo da nobreza. No total, assinaram o assento 81 titulados, dado que houve quatro que juraram no Braço do Povo³¹. Na falta dos originais de todas as cartas de convocação, seria óbvio pensar que foi apenas a esses titulados que foram enviadas, o que confirmaria a tese liberal de que D. Miguel apenas convocara os titulados que sabia de antemão serem-lhe favoráveis; ora, esta é uma verdade parcial. Eram numerosos os titulados que se encontravam fora do país — em Espanha, na sequência da revolta absolutista, ou em missão diplomática - o que tornava difícil que, uma vez convocados, delegassem em procurador ou viessem pessoalmente a tempo de participar nas cortes cujo auto de abertura estava previsto para daí a um mês³². A maior parte destes era inequivocamente a favor de D. Miguel. É provável, também, que o governo de D. Miguel não os quisesse presentes nas cortes, dado que a sua participação na recente revolta absolutista os conotava indiscutivelmente com o «partido» miguelista. Quanto aos titulares liberais, a maioria havia já abandonado o país, em alguns casos bem antes da convocação das cortes — os Marqueses de Fronteira, os Condes da Taipa, Sampaio e Vila Flor, por exemplo, tinham emigrado em Março, devido ao receio de serem presos pelas suas conhecidas opiniões políticas³³, como viria a acontecer com, entre outros, o 1.º Conde de Suberra.

Que nos podem revelar estas Cortes sobre as relações entre D. Miguel e a nobreza titulada? Em primeiro lugar, a constatação que os titulados representavam pouco mais de metade do conjunto dos indivíduos que tiveram assento no braço da nobreza; os restantes eram na sua esmagadora maioria homens de magistratura, estando

Quadro IV — CORTES DE 1828. BRAÇO DA NOBREZA

Categoria	Presentes	Assinaturas p/procurador	Total
Titulados	49	28	77 (58.8%)
Não titulados	50	4	54 (41.2%)
Total	99	32	131 (100 %)

Nota — Mais quatro nobres titulados estiveram nestas Cortes, mas no Braço do Povo; foram o 2.º Marquês de Borba, por Lisboa, o 5.º Marquês do Lavradio, por Torres Novas, o 2.º Barão de Castelo Novo, por Castelo Branco, e o 1.º Barão de Tavarede, por Trancoso, todos de título anterior a 1808.

Quadro V — CORTES DE 1828 E OPÇÃO POLÍTICA

OPÇÃO POLÍTICA	ASSENTO DOS TRÊS ESTADOS		
	SIM	NÃO	TOTAL
D.Miguel	61 (75%)	26 (42%)	87 (61%)
D.Pedro	3 (4%)	30 (48%)	33 (23%)
Desconhecida	17 (21%)	6 (10%)	23 (16%)
Total	81 (100%)	62 (100%)	143 (100%)

presentes na qualidade de conselheiros (do Rei, da Fazenda, etc.) ou de desembargadores³⁴. É no braço do Povo que vamos encontrar os nobres não titulados presentes nestas cortes, isto é, «as pessoas da Nobreza das Províncias». Mantém-se, pois, uma denominação antiga — braço da nobreza — para designar um grupo muito particular, resultante da evolução do sistema político durante o Antigo Regime. Ao reunir as cortes (à maneira antiga, não o esqueçamos), o governo de D. Miguel convocou para o braço da nobreza, no essencial, apenas nobres titulados e altos funcionários, isto é, a elite cortesã. Procurei indagar qual a correspondência entre esta prática e os discursos miguelistas sobre a nobreza. Na maioria dos textos consultados, as palavras nobre e nobreza remetem, quase sempre, para os nobres titulados (Lousada, 1987). No fundo, para aquela que parece ser a acepção corrente da palavra nobreza nessa época, reservada para os escalões superiores da mesma a despeito da existência de uma noção juridicamente muito ampla de nobreza. A palavra fidalgo é igualmente utilizada como sinónimo de nobre mas, de acordo com as características que lhe são atribuídas, pretende-se com ela designar o nobre

**D. PEDRO
OU D. MIGUEL?**

titulado. Por outro lado, assinalam claramente a interdependência entre esta nobreza e a coroa. Como escreveu José Agostinho de Macedo, «quem fez os Grandes Grandes foi o Governo Monárquico absoluto neste nosso Reino», pelo que, sentença, uma vez abolida a monarquia, com ela cairia também a nobreza, sendo os seus membros reduzidos a simples cidadãos, sem cargos, sem comendas, sem bens da coroa³⁵. Nos textos oficiais, no entanto, encontrou-se uma perspectiva diferente e mais próxima da antiga noção de nobreza. É o caso, por exemplo, do Manifesto de D. Miguel de 1832 onde, a propósito da Câmara dos Pares, se diz que foram excluídas dela «classes inteiras, que por Direito antiquíssimo do Reino tinham Assento, e voto na Câmara da Nobreza». De qualquer maneira, apesar destas tensões no plano discursivo, decorrentes das várias apropriações da palavra nobreza, os nobres são geralmente assimilados e identificados com os nobres titulados, os «Grandes» a «Aristocracia», os «Pares».

Em segundo lugar, dos 143 titulados de 1828, apenas 81 (isto é, 57%) participaram nestas cortes. Se quisermos comparar esta presença com a de 1826 na Câmara dos Pares, verifica-se que, percentualmente, ela foi idêntica: das 123 casas tituladas de 1826, 72 (59%) estiveram representadas na Câmara dos Pares, contra 64 (53%) das 121 casas de 1828 que estiveram nas Cortes miguelistas. Existe, contudo, uma diferença importante: enquanto em 1826 todos os marquesados e a esmagadora maioria dos condados foram nomeados para a Câmara dos Pares, a presença dos viscondados foi quase nula e os baronatos estiveram ausentes, já em 1828 houve uma distribuição mais homogênea. A explicação pode ser encontrada quer no afastamento voluntário de marqueses e condes reconhecidamente liberais, quer na provável decisão política de não cindir os titulados (entre os com e sem grandeza) como acontecera em 1826; e não nos podemos esquecer que D. Miguel precisava de apresentar como seus apoiantes um número significativo de nobres titulados. Por outro lado, recorde-se que do governo miguelista (nomeado em 26 de Fevereiro de 1828 e remodelado em 3 e 13 de Março devido à saída do Conde de Vila Real) faziam parte 4 titulados (em 7 ministros, um dos quais, o ministro assistente ao despacho, era o duque de Cadaval) o que revela a importância política, pelo menos simbólica, concedida à nobreza titulada.

Em terceiro lugar, e procurando saber que relação existiu entre a participação nas cortes miguelistas e as opções políticas dos titulados portugueses, verificou-se que a maioria dos que assinaram o assento eram ou foram miguelistas; já os que não assinaram dividiram-se entre D. Miguel e D. Pedro, mantendo-se um pequeno número

neutral (ou cuja opção é desconhecida), pelo que é errado continuar a considerar o Assento dos Três Estados de 1828 como um indicador seguro das opções políticas da nobreza titulada; exemplos maiores: os conhecidos contra-revolucionários Marquês de Chaves, Viscondes de Azenha, Canelas e Molelos, entre outros, encontravam-se refugiados em Espanha na sequência da revolta absolutista de 1826-27 (Lousada, Monteiro, 1982) e só regressaram a Portugal após a vitória da causa de D. Miguel, pelo que não o puderam jurar como rei nas referidas cortes.

7. *Conclusões: as opções políticas da nobreza titulada*

O teste principal a aplicar é o de seguir a trajectória destes titulados após as Cortes, procurando saber se serviram D. Miguel ou se apoiaram a causa liberal. Os dados recolhidos (participação no governo, na administração, no exército, nas milícias e nas ordenanças, donativos, etc.) permitem constatar, com mais segurança, que dos 143 nobres usando título em 1828, 87 apoiaram D. Miguel e 33 opuseram-se-lhe claramente; quanto aos restantes 23, ou se mantiveram neutrais ou não foram encontradas informações que permitissem situá-los num ou noutro lado.

Estão incluídos casos muito diversos, como os daqueles titulados que, devido aos seus interesses económicos — o 1.º Visconde de Porto Covo ou o 2.º Barão de Quintela —, não hostilizaram o governo miguelista durante alguns anos. As suas trajectórias políticas não são indiscutivelmente claras, e o facto de se terem tornado preciosos apoios da causa liberal durante a guerra civil de 1832-34, fez com que se lançasse um véu sobre as suas atitudes políticas entre 1828 e o momento da sua adesão política a D. Maria. A retirada do seu apoio discreto a D. Miguel (ou o fim da sua não hostilidade) parece ter estado relacionada com o empréstimo forçado decretado pelo governo miguelista em Novembro de 1831 e, no caso de Quintela, também relacionada com a arrematação do Contrato dos Tabacos³⁶.

Os casos desta natureza foram englobados no conjunto dos miguelistas, apenas se assinalando a sua especificidade. Esta inclusão é controversa, se a leitura do quadro for feita em função dos alinhamentos políticos no final do período considerado, ou mesmo após a tomada de Lisboa em 1833 (se não mesmo em 1832 com o desembarque das tropas liberais). Mas como se pretende, sobretudo, conhecer o apoio da nobreza titulada à tomada do poder por D. Miguel e durante os primeiros anos do seu reinado, mais do que a

evolução desses apoios, a sua não inclusão distorceria a leitura das reacções desta fracção da nobreza portuguesa face ao fim da primeira experiência cartista; e salvaguardou-se a possibilidade de uma análise diferente, assinalando os casos de transferência de apoio político.

Quadro VI — TITULADOS DE 1828 — OPÇÃO POLÍTICA

A.

Opção	Indiv.	%	Casas	%
D. Miguel	87	61	71	59
D. Pedro	33	23	29	24
Neutrais ou desconhecidos	23	16	21	17
Total	143	100	121	100

B.

Título		N.º	Opção Política					
			D. Miguel		D. Pedro		Neut./Desc.	
			N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
Duques	Indiv.	2	2	(100)	—	—	—	—
	Casas	2	2	(100)	—	—	—	—
Marqueses	Indiv.	25	14	(56)	8	(32)	3	(12)
	Casas	23	12	(52)	8	(35)	3	(13)
Condes	Indiv.	61	29	(48)	18	(30)	14	(23)
	Casas	46	18	(39)	15	(33)	13	(28)
Viscondes	Indiv.	34	26	(76)	4	(12)	4	(12)
	Casas	31	23	(74)	4	(13)	4	(13)
Barões	Indiv.	21	16	(76)	3	(14)	2	(10)
	Casas	19	16	(84)	2	(11)	1	(5)
Total	Indiv.	143	87	(61)	33	(23)	23	(16)
	Casas	121	71	(59)	29	(24)	21	(17)

Obs.: 1 — Foram incluídos na coluna D. Miguel três casos particulares, já referidos. O 3.º Conde de Rio Maior, que aderiu a D. Pedro em 1833; o 1.º Visconde de Porto Covo, cuja data de mudança de apoio não é conhecida; e o 2.º Barão de Quintela, que em 1831 se recusou a contribuir para o empréstimo forçado decretado pelo governo de D. Miguel, tendo apoiado publicamente D. Pedro a partir de 1832, inclusive. Se forem inseridos na opção D. Pedro, teremos 84 (59%) titulados miguelistas e 36 (25%) liberais.

2 — Há 7 casas cujos representantes se dividiram nos apoios políticos.

O material utilizado não permite explicações concludentes para as opções políticas dos titulados. Mas autoriza, contudo, o afastamento de algumas hipóteses.

O argumento, bastante utilizado pelos historiadores espanhóis³⁷, segundo o qual os rendimentos, a relação com a propriedade e com a Coroa determinaram as opções políticas nesta época deve ser, no mínimo, matizado.

As casas mais antigas eram também aquelas que possuíam maiores rendimentos e que se encontravam, dada a natureza jurídica desses rendimentos, mais dependentes da Coroa (Monteiro), para além de viverem maioritariamente em Lisboa (quadro VII). A totalidade ou a esmagadora maioria dos duques, marqueses e condes pertenciam a esse grupo (títulos anteriores a 1808 e mais geralmente a 1823, quadro VIII). Poder-se-ia esperar que, uma vez os miguelistas vitoriosos, e dada a dependência face à Coroa, apenas um número bastante restrito apoiasse a causa liberal. Ora, é precisamente no interior deste grupo que a adesão percentual a D. Miguel é mais baixa; cerca de metade dos marqueses e dos condes apoiaram D. Pedro ou mantiveram-se cautelosamente neutrais (evitando nesse caso o exílio, a confiscação dos seus bens ou mesmo a prisão). Em contrapartida, os maiores apoios pedristas encontram-se entre os títulos mais antigos o que contraria a hipótese de uma relação unilinear entre a Coroa e as opções políticas (já constatada a propósito da Câmara dos Pares) e obriga a matizar os argumentos economicistas.

Quadro VII — RESIDÊNCIA DA NOBREZA TITULADA DE 1828, EM 1826

Título	N.º	Lisboa		Provincia		Estrangeiro	
		N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
Duques	2	2	100,0	—	—	—	—
Marqueses	22	20	90,9	1	4,5	1	4,5
Condes	47	40	85,1	3	6,4	4	8,5
Viscondes	30	14	46,7	15	50,0	1	3,3
Barões	19	11	57,9	7	36,8	1	5,3
Total	120	87	72,5	26	21,7	7	5,8

Fonte: *Almanaque de Lisboa*, 1826.

As adesões a D. Miguel foram particularmente fortes — à parte o caso dos dois duques, ambos miguelistas —, entre os viscondes e os barões, ultrapassando os 75%; nestas duas categorias, além disso,

D. PEDRO
OU D. MIGUEL?

é reduzidíssimo o número dos que se mantiveram neutrais. A maioria ostentava um título recente, obtido durante a Guerra Peninsular ou na sequência da Vila Francada (em particular, neste último momento, os barões). Por outro lado viviam sobretudo na Província³⁸ onde muitos eram também oficiais de ordenanças ou de milícias, cargos que lhes proporcionavam um maior poder local. Continuavam, portanto, mais próximos da fidalguia de província do que da elite lisboeta, mau grado o título entretanto obtido.

Quadro VIII — INDIVÍDUOS TITULADOS EM 1828
(Opção política, título e idade) — Quadro de Burt

	CARACT. 1			CARACT. 2			CARAT. 3					CARAT. 4						
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	6	7
CARACT. 1	87			47	19	21	2	14	29	26	16	5	17	17	14	16	17	1
2		33		19	7	7	0	8	18	4	3	4	4	9	9	2	5	0
3			23	16	4	3	0	3	14	4	2	4	0	2	5	3	6	3
CARACT. 2				82			2	22	42	11	5	11	18	16	17	11	8	1
2					30		0	3	11	13	3	2	3	6	5	6	8	0
3						31	0	0	8	10	13	0	0	6	6	4	12	3
CARACT. 3							2					0	2	0	0	0	0	0
2								25				5	3	2	8	4	3	0
3									61			7	9	15	14	4	10	2
4										34		1	4	5	4	10	9	1
5											21	0	3	6	2	3	6	1
CARACT. 4												13						
2													21					
3														28				
4															28			
5																21		
6																	28	
7																		4

CARACTERÍSTICA 1 — Opção Política

1. D. Miguel
2. D. Pedro
3. Neutrais ou desconhecidos

CARACTERÍSTICA 3 — Título

1. Duques
2. Marquesses
3. Condes
4. Viscondes
5. Barões

CARACTERÍSTICA 2 — Antiguidade do Título

1. Anterior a 1808
2. De 1808 a 1823
3. Depois de 1823

CARACTERÍSTICA 4 — Idade em 1828

1. Menos de 20 Anos
2. De 21 a 30 »
3. De 31 a 40 »
4. De 41 a 50 »
5. De 51 a 60 »
6. De 61 a mais anos
7. Idade desconhecida

Alguns haviam participado na revolução de 1820³⁹, mas foi nas revoltas absolutistas de 1823 e de 1826-27 que a sua actuação foi decisiva. Uma das explicações para a sua opção política, apenas uma entre outras ainda ignoradas, mas que não é de afastar, residirá na frustração dos seus desejos de ascensão social no interior da nobreza e/ou de manutenção e alargamento de poder local durante o triénio vintista. Inclusive, a explicação para a trajectória política algo sinuosa de alguns deles, encontrar-se-á nos mecanismos da mobilidade social⁴⁰. A primeira experiência liberal desiludira-os, empurrando-os para o campo ideológico contrário⁴¹. Embora não tenham sido os artífices do fim da primeira experiência liberal, foram os seus arautos. Em 1826, a não inclusão na Câmara dos Pares apenas contribuiu para o reforço da sua oposição ao liberalismo.

A hipótese de uma explicação geracional caiu também por terra. D. Pedro não teve do seu lado os titulados mais jovens e D. Miguel conheceu o apoio maioritário de todos os grupos de idade considerados.

A explicação da fractura política não se encontra de igual modo, na pertença à Maçonaria, à qual apenas terão aderido doze dos titulados (Oliveira Marques, 1986). Se a maioria (sete, ou oito se se incluir Quintela) foi liberal, o número é demasiado reduzido para que se possa aí encontrar uma explicação global.

Finalmente, a participação nos mais importantes momentos da vida política portuguesa depois das invasões napoleónicas, se não determinou mecanicamente as opções políticas da nobreza titulada em 1828, parece constituir um bom prenúncio das futuras divisões. Os dados recolhidos devem ser analisados com precaução, uma vez que são retrospectivos: recorde-se que cerca de 43% dos titulados de 1828, obteve o seu primeiro título após 1808, e 22% já depois de 1823.

Assim, não foram as atitudes durante as guerras peninsulares (ida para o Brasil, luta contra o francês ou incorporação nos exércitos napoleónicos) que «impuseram» os comportamentos da nobreza titulada em 1828 ou, mais geralmente, durante as lutas políticas da primeira metade do século XIX. Embora, por exemplo, os miguelistas quisessem fazer crer que os que combateram os invasores entre 1808 e 1811, eram igualmente opositores do liberalismo, condenado como doutrina estrangeira, a realidade foi diferente. Entre os que pegaram em armas em defesa da causa liberal, encontravam-se outrossim heróis das guerras peninsulares, e o seu número não era insignificante⁴², apesar de a maioria se vir a revelar adepta de D. Miguel.

De igual modo, a maior parte dos titulados de 1828 que em 1823 haviam participado na Vila Francada (um bom número ainda não

portador de título) foram apoiantes da causa miguelista ⁴³. A sua distribuição política assemelha-se, aliás, à de 1828.

Também a nomeação para a Câmara dos pares de 1826, não foi, como se provou, determinante dos futuros comportamentos políticos. Já entre a exclusão do Pariato e a adesão a D. Miguel a correção é fortemente positiva.

Em contrapartida, quase todos os principais chefes militares das revoltas absolutistas de 1823 e de 1826-27 estiveram do lado de D. Miguel, tal como os titulados implicados nas Archotadas (1827) foram defensores do liberalismo, consequência do claro significado político dessas revoltas.

No final da guerra, o panorama era algo diferente. Para além da morte de 21 titulados que haviam colaborado com o governo miguelista, pelo menos 12 nobres com título haviam, entretanto, «passado» para as hostes liberais ou desistido de combater antes da assinatura da Convenção de Évora-Monte ⁴⁴. À parte os casos mais conhecidos e já referidos, quase todos os outros desempenhavam funções militares aquando da «traição». D. Miguel tinha, entretanto, do seu lado, mais 10 titulados (7 condes, 1 visconde e 2 barões) a quem havia concedido o título entre 1829 e 1833 (Lousada, 1987, anexo).

Continua a não existir nenhuma análise da evolução dos apoios sociais do miguelismo e do liberalismo entre 1824 e 1834 ⁴⁵, e este artigo apenas esclarece, do ponto de vista quantitativo, as opções políticas da nobreza titulada. De facto, não foi possível encontrar uma explicação global e satisfatória para essas opções, que não parecem obedecer nem a determinantes económicas, sociais e institucionais facilmente detectáveis, nem a uma atitude geracional. É provável que tenham sido, sobretudo, o resultado de um percurso pessoal onde se entrecruzam a complexa rede de relações familiares, a educação (normalmente a cargo de professores particulares), as práticas culturais, o estilo de vida, a origem dos rendimentos e a marca das experiências liberais ⁴⁶. Por outro lado, a crise política ao dobrar-se em crise dinástica (como é comum nas monarquias) duplicou teoricamente a obtenção de cargos na Corte, no governo, na administração e no Exército, bem como de benesses régias, passando a existir não um mas dois espaços socio-políticos. Todavia, a maior parte da nobreza titulada portuguesa apoiou D. Miguel e a via não liberal, sendo que os que se colocaram inequivocamente do lado liberal não representavam sequer 25% da totalidade deste grupo social.

Referências Bibliográficas

- Asin, Francisco e Bullon de Mendoza — 1987, *Carlismo y Sociedad, 1833-1840*, Zaragoza.
- Bollaert, William — 1870, *The wars of succession of Portugal and Spain from 1826 to 1840*, Londres.
- Castroviejo Bolivar, Ma. Francisca — 1977, *Aproximación sociológica al carlismo gallego. La primera guerra carlista en la provincia de Lugo*, Madrid.
- Chaussinand-Nogaret, Guy — 1980, «En los orígenes de la Revolución: nobleza y burguesía», *Estudios sobre la Revolución Francesa y el final del Antiguo Régimen*, Madrid, 35-53.
- Dias, Graça e J. S. da Silva — 1980, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vols. 1 e 2, Lisboa.
- Dias, J. S. da Silva — 1982, «A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes», *O Liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., Lisboa, 21-25.
- Dominguez Ortiz, Antonio — 1976, *Sociedad y Estado en el siglo XVIII español*, Barcelona.
- Elias, Norbert — 1987, *A Sociedade de Corte*, Lisboa.
- Fernandez Benitez, Vicente — 1988, *Carlismo y rebeldía campesina. Un estudio sobre la conflictividad social en Cantabria durante la crisis final del Antiguo Régimen*, Madrid.
- Fontana, Josep — 1975, *Cambio economico y actitudes políticas en la España del siglo XIX*, Barcelona.
- Fontana, Josep — 1979, *La crisis del Antiguo Regimen, 1808-1833*, Barcelona.
- França, José Augusto — 1974, *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socio-culturais*, Lisboa.
- França, José Augusto — 1984, «Burguesia Pombalina, nobreza Mariana, fidalguia liberal», *Pombal Revisitado*, vol. I, Lisboa, 19-33.
- Furet, François — 1978, *Ensaio sobre a Revolução Francesa*, Lisboa.
- Gomes, João Augusto Marques — 1894, *Luctas caseiras. Historia dos acontecimentos políticos. Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa.
- Lousada, Maria Alexandre — 1987, *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho de síntese, mimeo., Lisboa.
- Lousada, Maria Alexandre e Monteiro, Nuno Gonçalo — 1982, «Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827», *O Liberalismo na península Ibérica...*, 2.º vol., Lisboa, 169-182.
- Macedo, Jorge Borges de — 1977, «Para o encontro de uma dinâmica concreta da sociedade portuguesa (1820-1836)», *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, Coimbra, 245-262.
- Maia, Joaquim José da Silva — *Memórias históricas, políticas e philosophicas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos emigrados portugueses. Obras phostumas de...*, Rio de Janeiro.
- Manique, Francisco A. da Cunha Pina — 1872, *Portugal desde 1828 a 1834*, Lisboa.
- Marques, A. H. Oliveira — 1986, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa.
- Martins, Oliveira — 1976-79, *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Guimarães.
- Memórias do Conde de Lavradio...* (Rev. e coord. de E. C. de Andrade), vol. I, Coimbra, 1926.
- Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna...* (rev. e coord. de E. C. de Andrade) vols. I-III, Coimbra, 1926.

D. PEDRO
OU D. MIGUEL?

- Meyer, Jean — 1973, *Noblesses et pouvoirs dans l'Europe de l'Ancien Regime*, Paris.
- Monteiro, Nuno Gonçalo — 1987, «Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime», *Ler História*, 10, 15-51
- Richet, Denis — 1980, «En torno a los orígenes ideológicos remotos de la Revolución Francesa», *Estudios sobre la Revolución Francesa y el final del Antiguo Regimen*, Madrid, 9-34.
- Santarém, (2.º) Visconde de — *Correspondência*. Colligada, coordenada e com anotações de Rocha Martins. Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém, Lisboa, 1918-1919, 8 vols.
- Santos, Clemente José dos — 1883-1891, *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imp. Nacional, 8 vols.
- Santos, Clemente José dos — 1887, *Estatísticas e Biographias Parlamentares Portuguesas*, Porto.
- Silbert, Albert — 1982, «La France et la politique portugaise de 1825 à 1830», *O Liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., Lisboa, 41-61.
- Silveira, Mouzinho — «Memória acerca do restabelecimento da Carta Constitucional e do trono de D. Maria II», *Ler História*, 2, 1983, 143-172 (introdução de Miriam Halpern Pereira).
- Sotto-Mayor, Miguel — 1882, *A Realeza de D. Miguel*, Coimbra.
- Stone, Lawrence — 1985, «The Bourgeois revolution of 17th century England revisited», *Past and Present*, n.º 109, Londres, 44-54.
- Teixeira, Júlio A. — 1951, *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu Termo*, 3 vols., Vila Real.
- Tilly, Charles — 1970, *La Vendée, Révolution et Contre-Révolution*, Paris.
- Vicens Vives, J. (ed.) — 1977, *Historia social y economica de Espana y America*, vols. IV e V, Barcelona.
- Vovelle, Michel — 1972, *La chute de la monarchie. 1787-1792*, Paris.
- Vovelle, Michel — 1982, *Idéologies et mentalités*, Paris.

NOTAS

¹ Luz Soriano (*História da Guerra Civil*, III, II, 289), por exemplo, descreve D. Miguel como «um príncipe idolatrado pela população, fanatizado pelo clero, apoiado pela nobreza cortesã e provinciana, e finalmente defendido por um exército numerosíssimo, e que tinha à sua disposição todos os recursos nacionais...».

Mas foi sem dúvida Oliveira Martins (*Portugal Contemporâneo*, I, 62 e 131) o criador de uma das imagens mais míticas e perenes de D. Miguel: «Bronco, violento, brutal, plebeu (...) era o genuíno tipo do filho-segundo de casa fidalga: fadista, marialva, toureiro, supersticioso, beato, nulo como inteligência; mas com um tom de nobreza, um velho heroísmo ingénito, pervertido pela educação, posto em objectos indignos do sentimento. (...). Ninguém era mais nosso do que D. Miguel, e por isso foi o último dos que o povo compreendeu e amou».

Ainda que chamando a atenção para a ausência de estudos sérios sobre o miguelismo e repudiando a tese da «loucura miguelista», Joel Serrão não se afasta muito dos estereótipos historiográficos liberais e republicanos. «D. Miguel», *Dicionário da História de Portugal*, s/d.

² Os estudos sobre os movimentos contra-revolucionários de outras regiões da Europa apontam nessa direcção. Veja-se, por exemplo, Charles Tilly, (1970), em especial as páginas 307-343, onde o autor tenta uma síntese da sociologia da

Vendaie. Quanto ao carlismo espanhol, tem sido normalmente apresentado como um movimento popular de base camponesa e artesanal (v.g., Torras Elias, Fontana, Barreiro Fernández, Asensio Rúbio e Ardit); mas outros historiadores, como Maria Francisca Castroviejo Bolibar (1977) (que procura demonstrar que não houve, na Galiza, um claro apoio do campesinato ao carlismo) ou Fernández Benítez (1988) confirmam que a heterogeneidade social foi uma das características dominantes do realismo-carlismo.

³ Este artigo constitui uma versão revista da segunda parte da prova de síntese apresentada no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica defendidas em Julho de 1987, no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada* sob a orientação de Miriam Halpern Pereira.

⁴ *A Expedição de D. Pedro, ou a Neutralidade fingida...*, traduzido do inglês por J. J. Pedro Lopes, Lisboa, 1832, p. 38. Os nobres referidos são apenas os titulados, distribuídos da seguinte forma: D. Miguel, 2 duques, 23 marqueses, 43 condes, 39 viscondes e 23 barões; D. Pedro, 6 marqueses, 13 condes e 1 visconde; no total, em 150 titulados, 130 (87%) teriam apoiado D. Miguel e apenas 20 (13%) D. Pedro.

Consultem-se, também, os dados apresentados por Miguel Sotto-Mayor (1882) e por William Bollaert (1870), os quais registam apenas entre 17 e 19 titulados apoiantes do liberalismo.

⁵ Distribuídos da seguinte maneira: D. Miguel, 2 duques, 13 marqueses, 22 condes, 3 viscondes; D. Pedro, 12 marqueses, 20 condes e 4 viscondes; ou seja, em 76 titulados, 40 (53%) apoiaram D. Miguel e 36 (47%) o lado liberal. José Augusto França, (1974, 345, n. 3).

⁶ J. S. Silva Dias, (1982, 22). Os 69 titulados que apresenta como liberais, distribuí-os da seguinte forma, quanto aos títulos: 15 marquêses; 21 condes; 16 viscondes; 17 barões; no total 69.

⁷ De entre os poucos trabalhos recentes que se debruçam sobre a origem, natureza e evolução dos privilégios da nobreza e da fidalguia portuguesa veja-se, por todos, Monteiro (1987), que serviu de base, aliás, para uma parte das afirmações aqui produzidas sobre a nobreza em Portugal.

⁸ Segundo o Conde de São Paio, (*Do Direito Heraldico Português. Ensaio Histórico Jurídico*, Lisboa, 1927, p. 11, n. 1) «o nosso direito antigo distinguia fidalguia de nobreza», reconhecendo nove espécies de fidalgos e «três ordens hierárquicas» de nobreza na qual a principal linha de demarcação era a que separava a nobreza hereditária da adquirida (ou ordinária).

⁹ Casos particulares, como os do Conde de Penafiel ou do Conde de Resende — cujos títulos tiveram origem na concessão dos direitos de correio-mor na sua família (1798), ou na renúncia, em favor da Coroa, de grandes domínios no Brasil (1754), respectivamente — parecem constituir, por um lado, uma excepção, e por outro, reforçam a ideia de reduzida autonomia da nobreza titulada face ao Rei.

¹⁰ O poder político — pelo menos ao nível central — era cada vez mais exercido por enobrecidos em detrimento da nobreza antiga ou de «sangue». François Furet (1978, 51-55) que defende a existência de uma «elite político-mundana» («a nobreza dirigente ou a aristocracia no sentido próprio do termo») afirma que, muito provavelmente, em França, a chamada «reação aristocrática» traduziria a «resistência de uma nobreza relativamente antiga, muitas vezes empobrecida, à tentativa de constituição de uma classe dirigente pelo dinheiro e pelo Estado». Confronte-se com a tese de G. Durand (*États et institutions XVI^e-XVIII^e siècles*, Paris, 1969) sobre a despolitização das classes dominantes levada a cabo pelo abso-

D. PEDRO
OU D. MIGUEL?

lutismo (por ex., p. 90) e com a nota de Silva Dias (1980, II, 756, n. 1) acerca das transformações da nobreza portuguesa a partir do século XVII.

¹¹ Pode parecer contraditório que, tendo o estatuto de nobre perdido significado político pelo menos desde o século XVII, a obtenção de nobreza continuasse a ser tão apetecida. A explicação reside no valor simbólico da nobreza, que confere aos seus detentores uma proeminência social, justamente realçada por Jean Meyer (1973, 29).

¹² Para Portugal, Fernando Pereira Marques, *Exército e sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do liberalismo, 1981*, e as reflexões de Jorge Borges de Macedo, (1977). Para França, veja-se a análise de Chaussinand-Nogaret (1980) sobre a evolução dos valores de honra e de mérito relacionada com as transformações operadas no exército.

¹³ Foi o caso do 1.º Conde de Amarante, nomeado Governador das Armas de Trás-os-Montes; nesta qualidade, e aureolado com o prestígio alcançado durante a guerra, entra em conflito com o Juiz de fora de Vila Real, que acusa o Conde de não respeitar nem a justiça, nem os magistrados, nem mesmo o privilégio de relego da Casa do Infanteado, e de pretender «ser absoluto na Província» (in Teixeira, 1951).

¹⁴ A família Silveira obteve os seguintes títulos: Conde de Amarante (em Maio de 1810), marquês de Chaves, visconde da Varzea e visconde de Canelas (todos estes em Julho de 1823).

¹⁵ Para os discursos miguelistas Lousada (1987). Os textos liberais da época reproduzem um discurso idêntico sobre a nobreza, como se pode confirmar, por exemplo, nas *Memórias...* de Silva Maia escritas em 1829-30, onde também se assimila a nobreza à nobreza titulada e se identifica esta última com a aristocracia de sangue (p. 229 e segs.).

¹⁶ A recolha básica da informação foi realizada a partir de: *Almanach de Lisboa*, Lisboa, vários anos. *Almanach Portuguez*, 1825 e 1826. *Almanaque do Exército...*, Lisboa, vários anos. Albano Pinto da Silveira, *Resenha das Famílias Titulares Grandes de Portugal*, 2 vols, Lisboa, 1960-61. E ainda João Carlos Feo de Castelo Branco e Torres, *Resenha das Famílias Titulares de Portugal, dos Pares do Reino, e dos Fidalgos que tem exercido no Paço...*, Lisboa, 1863; Luis Augusto Rebelo da Silva, *Varões Ilustres nas Três Épocas Constitucionais*, Lisboa, 1870. Embora diga respeito apenas às mercês de criação ou renovação de títulos de 1821 a 1825, é bastante útil a resenha elaborada por Clemente José dos Santos e publicada nos *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, tomo 1, Lisboa, 1833, p. 936 e segs.

¹⁷ Noutros casos, dado que alguns títulos não foram renovados após a morte dos seus titulares, entre 1826 e 1828, seria necessário retirá-los da lista elaborada; esta opção traria algumas complicações, pois em certos casos já existia representante da casa, só que não tendo acedido ainda a todos os títulos; em situações deste tipo optou-se pela inclusão do titulado como representante da casa. É o caso do Marquês de Castelo Melhor, em 1828, apesar de o titular ter morrido em 1827. O filho, futuro quarto marquês, só ascendeu ao marquesado em 1833, mas era desde 1827 Conde da Calheta e pode, portanto, considerar-se o representante da casa.

¹⁸ Chegam mesmo a explicar-se as opções políticas devido a uma sensibilidade comum. Lawrence Stone, (1985, 53) a propósito da revolução inglesa do século XVII, afirma que é negativa a resposta «à sugestão de que a fractura política no seio da gentry durante a Guerra Civil foi entre os que tiveram atitudes «feudais» ou «tradicionais» e os que tiveram atitudes «burguesas» ou «modernas» para com a posse da terra. As correlações existem, para além do capricho pessoal ou do faccionismo local, mas têm que ser procuradas em coisas como

atitudes religiosas, idade e grau de inovação ou antiguidade familiar em cada grupo — Status particular». E Stéphane Rials, (*Le Légitimisme, Paris, 1983, 33-35*) afirma que o realismo francês é «um fenómeno socialmente complexo», defendendo «doutrinas políticas contraditórias», mas que é «um jogo de sensibilidades bastante homogéneo» o que lhe fornece unidade. Também Michel Vovelle (1972), ao discutir as teses sobre a elite francesa nos finais do século XVIII, põs a tónica na «mudança de sensibilidade (...) que afecta os comportamentos, as práticas, o gosto» (p. 89).

¹⁹ Cf. Denis Richet (1980), Chaussinand Nogaret (1980), Michel Vovelle (1972) e F. Furet, (1980). Segundo F. Furet (1980, 50) foi a revolução que recriou a «solidariedade política da nobreza como ordem», inexistente no século XVIII como o provariam os constantes conflitos inter-nobiliárquicos, nomeadamente entre a grande e pequena nobreza ou a hostilidade global da ordem da nobreza contra a «nobreza de Corte». Veja-se a crítica pertinente de M. Vovelle (1972, 84-) à tese da «unicidade de uma cultura de elites».

²⁰ Presença, aliás, pouco significativa para o conjunto dos titulados, além de ocuparem sobretudo cargos honoríficos. *Lista dos sócios da Academia Real das Sciencias em Junho de 1818, s.l., s.d. Almanach de Lisboa, Lisboa, 1826. Lista dos sócios da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1831.*

²¹ A.M.Hespanha, «O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição...», *O Liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., Lisboa, 1982, 63-90.

²² Entre outros, Palmela pensou ser possível um compromisso. Confronte-se com a análise oposta de Mouzinho da Silveira (1983) e com o estudo de A. Silbert (1982) sobre as atitudes das principais potências europeias face à questão portuguesa.

²³ Os escritores miguelistas ao criticarem, mais tarde, a Câmara dos Pares, confirmam o significado político da sua criação, embora considerem que não passa de uma ilusão. Perguntava Gouveia Pinto, em 1828, reflectindo sobre 1826, o que é que se poderia fazer contra a Carta, estando «o Estado da nobreza e do Clero maior iludidos pelos seus novos títulos de Pares, que nunca houvera no reino». António Joaquim de Gouveia Pinto, *Demonstração dos Direitos...*, Lisboa, 1828, p. 14. E Frei Fortunato de São Boaventura escrevia no *Mastigoforo*, Lisboa, 1829, n.º 4, que em 1826 «certos homens, ou certos grandes», se iludiram com a Câmara dos Pares, dando «mutuamente os parabéns da consideração em que principiava a ser tida a nobreza destes reinos (exceptuada porém e havida como zero a das províncias)». Confronte-se esta perspectiva com a leitura de sinal contrário feita por Mouzinho da Silveira (1983, pp. 143-172 (sobretudo pp. 160-163) e com a descrição do Marquês de Fronteira fez nas *Memórias...* (vol.II, partes II e II, p.112-3).

²⁴ São vários os discursos proferidos na Câmara dos Pares em 1826 que demonstram como os titulados tinham consciência do significado político e social da sua elevação ao pariatu. Além do citado, registre-se ainda o do Conde da Lapa, nas sessões de 7 e de 13 de Novembro de 1826 (sublinhados meus): «A Câmara dos Pares, representando o corpo da nobreza do reino, sendo uma das classes que mais essencialmente ganhou com a carta que El-Rei outorgou a este reino, não só por ter formado uma parte do corpo legislativo, como por se achar como classe legalmente constituída, faltaria a si se deixasse de testemunhar (...) sentimentos de gratidão ao benfeitor que nos reuniu nesta câmara, fazendo-nos uma parte da organização do estado e mudando a essência de uma classe que, sendo até agora nominal, passou a ter tão distintas atribuições (...)

Em 28 de Janeiro de 1827, a Câmara dos Pares elaborou um parecer sobre a proposição do Arcebispo Bispo de Elvas, que trata de honras e privilégios dos

pares e deputados, onde se afirma: «(...) a carta, criando uma câmara de pares vitalícios e hereditários, nomeados pelo Rei e sem número limitado, *deu um novo realce à alta nobreza portuguesa*, a qual, apesar das suas preeminências e das luzes e superioridade individual de cada um dos seus membros, era presentemente uma *corporação, para assim dizer, sem lugar fixo no corpo social*».

²⁵ Segundo Monteiro (1987). Recorde-se a análise certeira de Oliveira Martins (1976, 88): «D. Pedro, redigindo a Carta, considerava a aristocracia um poder de estado, e a existência de uma Câmara de Pares tornava politicamente diversa a nova estrutura das instituições representativas da nação. Os grandes do reino eram assim privilegiados com direitos especiais; mas a Grandeza, na sua máxima parte (...) era um bando de cortezãos que vivia à mercê das graças da Coroa (...); e se, em geral, o receio de verem diminuída a sua influência na Corte, o receio ainda maior de virem a perder o usufruto das suas comendas e outras fontes de rendimento (...) os levava a inclinar para a reacção, é facto que entre eles se contavam alguns a quem a instituição do pariato parecia uma garantia suficiente, e que, por isso, não desadoravam a Carta».

²⁶ Como se disse, foram nomeados para a Câmara dos Pares 72 nobres titulados (não se inclui o Marquês Honorífico da Casa Cadaval), o que significa que 58.5% das casas tituladas ficaram representadas na Câmara dos Pares criada em 1826. A sua distribuição por títulos foi a seguinte:

Títulos	Casas titulares existentes	Pares nomeados	% de Pares
Duques	2	2	100
Marquêses	25	25	100
Condes	47	42	89
Viscondes	30	3 (ou 2)	10 (6.66)
Barões	19	—	—
Total	123	72	59

Notas: 1) A Casa Cadaval tem 2 representantes — o Duque titular e o Marquês honorário.

2) Os viscondes nomeados foram o 6.º Visconde de Asseca e o 2.º Visconde de Balsemão (a nomeação do visconde de Rio Seco foi controversa).

²⁷ Marques Gomes (1894), que escreve, erradamente, terem sido todos os duques, marqueses e condes nomeados pares, afirma que, dos que não tomaram posse, alguns o fizeram por serem «inimigos declarados da nova forma de governo» (p.LXXIV).

²⁸ Compartilhando esta mesma exclusão, a fidalguia de província não tinha motivos para defender um sistema político que, no plano do exercício de poderes políticos, a obrigava a concorrer com outros grupos sociais, quer ao nível central, quer ao nível local. Embora a escassez de estudos sobre a fidalguia portuguesa impossibilite uma análise dos seus comportamentos políticos, é provável que as impressões coevas apresentando-a como maioritariamente adversa ao novo sistema político, se venham a confirmar.

²⁹ 1 Duque, 14 marqueses, 38 condes, 13 viscondes e 8 barões.

³⁰ A representação foi elaborada entre o dia 25 de Abril e o dia 2 de Maio de 1828. Não está nos «Autos de Felicitações, Aclamações, Juramentos e outros», do *Ministério do Reino* existentes no A.N.T.T., pelo que não foi possível garantir a sua autenticidade. Mas vem publicada e é referida em várias obras e memórias.

Estranhamente, a *Gazeta de Lisboa* só a publicará em 10 de Junho de 1828, a propósito de um artigo do *Courier* que a publica e comenta, afirmando que o faz traduzindo o texto inglês! Após uma breve referência ao número de titulares que assinaram, e aos «que se dignaram de tão honrosa e Portuguesa deliberação, estando em Lisboa» acrescenta que «a modéstia não consentiu a sua publicação em Portugal, a curiosidade a transmitiu a países estrangeiros; e serão os Portugueses menos dignos de ver na sua íntegra este monumento da lealdade da Nobreza do Reino? Não. Nós, porém, evitando tocar no melindre de modéstia, não buscaremos o original; daremos uma tradução da tradução Inglesa»!!! É, contudo, publicada no *Manifesto dos Direitos de Sua Magestade Fidelíssima a Senhora Dona Maria Segunda...*, Londres, 1829, prova 36^a, onde se escreve que sendo «atribuída à nobreza do Reino» foi «apenas obra de dous ou tres facciosos, e assinada em casa do Duque de Lafões por um pequeno número de Nobres, a quem obrigou o medo, que a facção usurpadora tinha espalhado por todo o Reino, e as intrigas com que foram cercados». Clemente José dos Santos (*Documentos para a História das Cortes em Portugal* t. 4, pp. 531-2) afirmando que na falta de autógrafo recorrerá às provas do Manifesto acima referido, refere que a transcrição feita no *Periódico dos Pobres* n.º 162, de 11 de Julho de 1834 se deve ter servido da mesma fonte; e que apesar de Frederic Lamb ter enviado ao seu governo uma cópia da dita representação, em carta de 3 de Maio de 1828, não pode garantir a sua autenticidade (n.º 1, p. 531). Carlos Passos (1936, 176) afirma que a representação saiu a 5 de Maio, baseando-se em Miguel Sotto-Mayor (1882). Não encontrei referência alguma que pusesse em causa a sua existência, mesmo por parte daqueles autores que contestam a sua representatividade.

³¹ A.N.T.T., *Cortes*, maço 13, n.º 14, (Assento dos Três Estados). Publicado em *Documentos para a História das Cortes*, vol. IV, 788-9, entre as numerosas obras que incluíram os documentos (Auto de Abertura, Auto de Juramento e Assento) respeitantes a estas Cortes.

³² As cartas de convocação têm a data de 6 de Maio de 1828 e nelas se diz que as Cortes se irão celebrar em Lisboa «dentro de trinta dias contados desde a data desta» carta. *Documentos para a História das Cortes...*, IV, 540. O auto de abertura das Cortes acabou por ter lugar em 23 de Junho. Em relação aos que se encontravam refugiados em Espanha, ainda não haviam sido autorizados a regressar, o que só aconteceu após a aclamação de D. Miguel como Rei. Os Marquês de Chaves chegaram a Lisboa em 8 de Agosto de 1828 e no dia 30 de Setembro, segundo notícia da *Gazeta de Lisboa* de 1 de Outubro de 1828, quase todos os generais e oficiais superiores das tropas realistas regressadas de Espanha, foram ao beija-mão real.

³³ Segundo o Marquês de Fronteira (*Memórias*, parte III, 166-7).

³⁴ Os 54 não titulados agrupam-se em 38 conselheiros, 7 desembargadores, 1 senhor de, 1 alcaide, 1 ministro, 2 com outras funções e 4 cujos cargos não consegui detectar; esteve presente um outro ministro (Leite de Barros), que vem referido como conselheiro.

³⁵ José Agostinho de Macedo, *O Desengano*, 1830, n.os 1 e 6; 1831, n.os 11, 14 e 20.

³⁶ Nem os donativos que fizeram a favor do governo e do exército miguelista, nem o apoio de José Agostinho de Macedo e de José Ribeiro Saraiva, impediram que D. Miguel decidisse a questão do contrato do tabaco a favor do outro interessado, João Paulo Cordeiro, apesar do parecer desfavorável do Ministro da Fazenda (Esteves dos Santos, *Os Tabacos. Sua influência na vida da nação*, Lisboa, 1974, II vol., 17-22). Nas *Memórias* (parte I, 1796-1833, vol. I, 181-192) do Conde de Lavradio (que têm a vantagem em relação às do Marquês de Fronteira de terem por base o seu diário e não reflexões *a posteriori*), é relatada a

reacção dos dois titulados em questão às cartas que D. Pedro lhes enviara, em 1832, antes do desembarque liberal; e a conclusão é de que o Barão de Quintela hesitou.

³⁷ S. de Moxó (1965), por exemplo, afirma que «nenhuma das grandes casas do reino se inclinou para a causa carlista, apesar de ter apoiado Fernando VII» (p. 155). Também Fontana, ao procurar demonstrar a especificidade da abolição do Antigo regime espanhol, e a ineficácia do esquema francês para a analisar, remete para o facto de em Espanha, «a aristocracia latifundiária se situar (...) do lado da revolução, e de um amplo sector do campesinato ter apoiado a reacção» (1975,162). I. Atienza (1987) ao afirmar que o Estado liberal consolidou a plena propriedade da aristocracia, dá razão aos argumentos precedentes. Claro que esta é uma leitura global para um fenómeno que, em Espanha, conheceu fortes variações regionais. De qualquer modo os estudos regionais têm vindo a confirmar estas teses, embora com alguns cambiantes. É o caso do recente trabalho de Fernandez Benitez (1988) que retoma o essencial da tese de Fontana sobre as causas da adesão da nobreza ao regime liberal, e que explica a oposição da pequena nobreza local, por não ter sabido ou podido integrar-se «na qualidade de proprietária na nova sociedade». Entre as vozes discordantes estão D. Carlos e Bullon de Mendoza (1987). Estes autores escrevem que, no conjunto, a nobreza espanhola não aderiu à revolução, antes manteve uma posição de «certa neutralidade». E reafirmam o que já Bullon de Mendoza constataria em 1986, isto é, «a existência de um sector importante da nobreza titulada que simpatizava com D. Carlos»(p.49). Os autores alinham uma vintena de argumentos e alguns números em defesa da sua tese; defendem que o problema da fraca actuação, às claras, desses titulados procarlistas se deveu, no essencial, à fuga à confiscação dos seus bens, inevitável caso se colocassem publicamente ao lado de D. Carlos; razão porque os titulados carlistas seriam apenas «a ponta de um iceberg cuja parte oculta é muito difícil chegar a descobrir»(p.70). Tendo, mesmo assim, registado 95 titulados apoiantes de D. Carlos, não nos dizem que percentagem representam do conjunto da nobreza titulada da monarquia espanhola; tomando como referência o número apresentado por Gonzalo Anes (Vicens Vives, 1981, V, 119) para 1797, e somando-lhe uns cem novos títulos, os 95 titulados carlistas representam menos de 10% do total. Não nos podemos esquecer que, em Espanha, o Estado ficou nas mãos dos liberais, após a morte de Fernando VII. Cf. com a tese de Stone sobre a revolução inglesa, referida na nota (11).

³⁸ Não se pode, contudo, excluir a hipótese de a residência de alguns ser determinada por cargos militares do tipo Governador Militar de uma província ou Praça Forte.

³⁹ A relação dos nobres titulados que prestaram o juramento, exigido pela Junta Provisional do Reino por aviso de 6 de Outubro de 1820, a D. João VI, «a essas cortes e à constituição que fizerem, mantida a religião católica romana e a dinastia da sereníssima casa de Bragança», pode ser consultada nos *Documentos para a Historia das Cortes...*, t.1, pp.76-77.

⁴⁰ Furet (1978) defendeu que, em França a nobreza continuava a ser a meta da mobilidade social, ou melhor, o símbolo dessa mobilidade, e que aquilo que permite analisar a «elite político-mundana, é a sua atitude ou a sua ambição em relação ao poder, e, inseparavelmente, em relação ao mecanismo da mobilidade social instaurado pelo poder». Num estimulante artigo, Jorge Borges de Macedo (1977), defende também que, em Portugal, a luta por um «lugar favorável», se sobrepunha à solidariedade de classe e constituía o dinamismo fundamental da sociedade portuguesa, condicionando o seu funcionamento político na medida em que estabelecia os objectivos dos grupos sociais; o autor realça que se trata não da mobilidade decorrente da «interferência do modo de produção», mas da que

é possível no tempo certo, no «tempo social acessível aos grupos» (p. 249) no decurso de uma geração. Propõe então que o critério para o estabelecimento dos grupos sociais em Portugal seja o da «distribuição dos rendimentos e as oportunidades concretas da sua alteração (...) dentro do conjunto nacional, seu limite» (p. 252). Para este historiador, os «grupos sociais mais activos» da sociedade portuguesa, entre 1820 e 1836, foram os militares, os intelectuais, os funcionários e a nobreza provincial; exclui os mercadores por os considerar (estranhamente) satisfeitos (p. 255).

⁴¹ Leiam-se, por exemplo, os violentos manifestos de Fevereiro de 1823 (*Documentos para a História das Cortes...*, t. I, 596-9) do Conde de Amarante contra o «despotismo das Cortes» visto como mais intolerável que o despotismo ministerial dos finais do século XVIII. A acusação era corrente, como se verifica na imprensa e em panfletos da época e será, paradigmaticamente, retomada e invocada no Manifesto de D. Miguel em 1823, aquando da Vilafrancada.

⁴² Nos titulados de 1828 que haviam participado na Guerra Peninsular, 62% apoiaram D. Miguel e 32% D. Pedro.

Do lado dos escritores liberais havia também a tendência para considerar que aqueles que tinham combatido na Guerra Peninsular eram adeptos do liberalismo. É o caso, entre outros, de Joaquim José da Silva Maia (1841) que não hesitou em escrever: «Quanto aos oficiais militares, todos os que fizeram a campanha peninsular, são decididamente amigos da Carta; os de que se compõe o exército do usurpador, são esses feitos em 1823 pelos Silveiras, chamados da «poeira», e os do intitulado exército do Brasil» (p. 237), enquanto que os nobres, os «aristocratas de nascimento» são os que «em 1808, foram a Baiona pedir um Rei a Napoleão, excluindo a Real Casa de Bragança» (p. 231). Enfim, mais uma das usuais «releituras dos acontecimentos».

Em Espanha a questão foi semelhante. Se «uma minoria activa e politicamente muito consciente luta ao mesmo tempo contra Napoleão e contra o Antigo Regime: uma massa apaixonada luta contra Napoleão como representante de um eventual regime novo. O ódio patriótico contra os franceses, sobreexcitado pelas suas exacções, alimenta, portanto, duas esperanças políticas de sinal contrário. E nem sempre é fácil classificar as diversas opções partindo das preferências ideológicas habituais nas diversas camadas da sociedade (...). Não que devamos chegar à conclusão de que as opções políticas se devem ao acaso». Pierre Vilar, *Hidalgos, Amotinados y Guerrilleros*, Barcelona, 1982, p. 199.

⁴³ Nobreza titulada de 1828. Participação na Vila Francada e opção política em 1828-34.

TÍTULOS	OPÇÃO POLÍTICA			
	D.Miguel	D.Pedro	Desconh.	Total
Duques	2	0	0	2
Marqueses	9	3	1	13
Condes	8	10	4	22
Viscondes	9	0	0	9
Barões	5	1	0	6
Total (%)	33(63%)	14(27%)	5(10%)	52(100%)

⁴⁴ São vinte os titulados que antes da Convenção de Évora Monte, deixaram de apoiar activamente D. Miguel, dos quais oito se apresentaram como militares vencidos. De referir que foram também cumprimentar D. Pedro, entre Janeiro

D. PEDRO
OU D. MIGUEL?

e Março de 1834, as mulheres de muitos nobres titulados. Interessa aqui reter as situações em que os maridos eram miguelistas, sendo possível que a estratégia de aproximação, ao já então mais do que certo vencedor, tenha sido feita em primeiro lugar pelos elementos femininos. Encontram-se referências à Marquesa do Alvito, às Condessas de Belmonte (o primeiro conde morreu em 1830 e o segundo conde em Abril de 1834), da Lapa (primeiro conde morreu em 1832 e o título foi renovado no sucessor em 1833, por D. Miguel), da Lousã (segundo conde morreu em 1830) e à Viscondessa de Magé, (casos em que não surgem os titulados homens a cumprimentar D. Pedro). As informações foram recolhidas em *Lista Militar, Primeira Lista dos Officiaes apresentados da primeira e segunda linha do exército realista*, Lisboa, 1837, e *Crónica Constitucional de Lisboa*, entre Janeiro e Março de 1834.

Para além dos referidos, foram detectados mais oito nobres titulados (alguns dos quais tiveram a renovação do título com D. Miguel) que tendo servido sob a bandeira miguelista viram os seus títulos elevados por D. Maria ou tiveram vida política activa após a vitória liberal em 1834.

⁴⁵ Dos trabalhos existentes destaquem-se, para além dos já referidos, João Lourenço Roque e João Marinho dos Santos, «A actuação da hierarquia eclesiástica albacastrense no curso da revolução liberal», *Biblos*, vol. LIV, Lisboa, 1977, Lousada e Monteiro (1982), Rui Cascão, «A revolta de Maio de 1828 na comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da revolução liberal», *Revista de História das Ideias*, 7 (revoltas e revoluções), 2.º vol., Coimbra, 1983, 111-153.

⁴⁶ Um outro elemento que se poderá revelar significativo na análise dos comportamentos políticos da nobreza, relaciona-se com o seu posicionamento face a outras duas correntes da sociedade portuguesa, a «opção» francesa ou a inglesa. Ver, a este respeito, entre outros, G. e J. Silva Dias (1980).

ANEXO

PERCURSO POLÍTICO DA NOBREZA TITULADA DE 1828

**D. PEDRO
OU D. MIGUEL?**

DUQUES	1.º Título			Brasil	Guer. Pen.	Napol.	1820	1823		1824	1826	
	-1808	1808-23	1823-					Rev. abs.	V. Franc.	Abril.	C. Pares	
6.º Cadaval	x			x					x		x	
3.º Lafões	x			x					x		x	
Total	2	2		2					2		2	
MARQUESES												
5.º Abrantes	x										/	
3.º Alvito	x										x	
2.º Belas	x			x					x		x	
2.º Borba	x								x		x	
4.º Castelo Melhor	x										/	
1.º Chaves		x			x			x	(x)		x	
7.º Fronteira	x						x				x	
3.º Lavradio	x			?							x	
* 5.º Lavradio	x			x					(x)			
2.º Loulé	x								(x)		(x)	
4.º Lourçal	x				?						x	
9.º Niza	x										(x)	
2.º Olhão	x								(x)		x	
1.º Palmela		x			dipl.				(x)		(x)	
4.º Penalva	x			?							(x)	
4.º Pombal	x			?	x						x	
3.º Ponte de Lima	x										(x)	
2.º Sabugosa	x				x						x	
4.º Tancos	x								x		x	
1.º Torres Novas	x			x					x		x	
3.º Vagos	x			?							x	
1.º Valada	x			x					x		x	
5.º Valença	x					?			(x)		x	
1.º Viana		x		x					x		x	
* Honorário	x			?					x		(x)	
Total	25	22	3	0	5	3	17	1	1	13	0	22/24

NOTAS (para todos os quadros)

Nos totais apresentados não se consideraram os casos assinalados com ?.

* indica os titulares que fazem parte de outra casa, isto é, que não são o titular principal.

Coluna 1.º Título: 1808-1823, indica que o título mais antigo da casa foi concedido entre 1808 (inclusivé) e a Vila Francada inclusivé).

Coluna Vila Francada: (x) significa nomeação para cargo militar ou civil após a Vila Francada, não se tendo encontrado registo.

Coluna 1826 Cam. Pares: / indica que o antecessor no título foi nomeado para a C. Pares; (x) significa que o titular nomeado não.

Coluna Idade: no fim, indica-se a idade média dos titulares da respectiva categoria titular.

Coluna Cortes: (x) significa que o titular em questão assinou por procurador, xP indica que o titular esteve presente nas Cortes.

Colunas 1828-34 Gov. Mig. e Gov. Lib.: indica que o titular ocupou cargos no Governo, na Administração, no Exército ou em

Coluna 1828-34 Gov. Mig.: (x) significa que o titular fez, pelo menos, donativos em 1831-32; (&) significa que as referências

Coluna 1834 Câm. Pares: (x) Pares nomeados antes de Setembro de 1834; (xx) Pares nomeados apenas em Setembro de 1834.

Coluna Acad. Cien.: x refere-se a 1826; (x) refere-se a 1831.

Coluna Opção política: > indica que o titular se apresentou ao exército liberal pouco antes da Convenção de Évora-Monte; * in como Liberais; xº indica que José Augusto França os classifica como Miguelistas.

1826-7 Rev. abs.	1828			1828-34				1834 Cam. Pares	Acad. Ciênc. (x)	Bens Seq.	Maçon. 5.º Dq? 2.º Dq?	Opção política			
	Idade	Repr. 25 Abr.	Cortes	Belf. emig.	Gov. Mig.	Gov. Lib.	Morte					Mig	Lib.	Desc.	
	29		x		x						x				
	28	x	x		x				x		x				
	28.5	1	2		2				2				2		
	11													xº	
	59	x	(x)		x								x		
	43	x	(x)		x		x						x		
	53	x	xP		x		x		x				x		
	12					x								x	
x	44	Espanha					x						x		
	26			x		x		x			x			x	
	71			x			x							x	
	34	x	xP		x								x		
	23			x		x		x						x	
	47	x	x							x				xª	
	11			x										x	
	44	x	x		x									x	
	47			x		x		x	x	x				x	
	14	x	(x)		x									x	
	42	x	x		x						1.º Mq?		x		
	20			x		x		x		x	2.º Mq?			x	
	70	x	x		x									x>	
	52	x	x		x		x		x					x	
	52	x	x		x									xª>	
	35	x	x		x		x							x	
	74	x	x		(x)		x		(x)					x	
	48			x		?		x		x				x	
	44	x	x		(x)		x							xº	
	23		x		x									x	
1	39.96	14	15	7	14	5	8	5	4	4	1		14	8	3

da sua participação directa nesse golpe de estado.

chegou a tomar posse; dep. quer dizer que nessa legislatura o titular em questão foi eleito para a Câmara dos deputados.

mas pelo Braço do Povo)

organizações para-militares.

dizem respeito à mulher do titular.

dica que passou a apoiar claramente os liberais antes ou durante a guerra civil; xª indica que José Augusto França os classifica

	1808	1.º Título 1808-23	1823-	Brasil	Guer. Pen.	Napol.	1820	1823 Rev. abs.	V. Franc.	1824 Abril.	1826 C. Para	
CONDES												
3.º Alva	x				x				x*		x	
* 4.º Alva	x											
1.º Alhandra			x		x			?	x			
2.º Almada	x										x	
* 14.º Alvito	x											
3.º Anadia	x			?							x	
9.º Arcos	x			x							/	
* 10.º Atalaia	x											
1.º Barbacena	x					x			x		(x)	
* 2.º Barbacena	x					?	x		x	?		
1.º Belmonte	x			x							x	
* 2.º Belmonte	x				?							
3.º Bobadela	x				?						(x)	
* 1.º Calhariz		x										
1.º Camarido		x			x							
1.º Carvalhais			x									
* 3.º Castro Marim	x								x		x	
4.º Cunha	x					x	(x)		x		x	
4.º Ega	x				?						x	
3.º Ficalho	x								x		(x)	
1.º Figueira		x							x		x	
1.º Funchal		x									(x)	
7.º Galveias	x										x	
1.º Lapa	x										x	
2.º Linhares		x		x							x	
2.º Louza	x			x								
* 3.º Louza	x										x	
4.º Lumiares	x				x				x		x	
1.º Mesquitela	x				?				x		x	
1.º Murça			x								x	
5.º Óbidos-Sabugal	x					x					x	
7.º Oriola	x										(x)	
1.º Paraty		x			x				x		x	
1.º Penafiel	x				x		x				x	
1.º Peniche	x				Gov.						(x)	
* 8.º Pombeiro	x											
7.º Ponte	x			?							x	
1.º Porto Santo			x				x dipl.		x		x	
1.º Povoá		x			x §				(x)		x	
4.º Povolide	x											
* 3.º Redinha	x											
* 15.º Redondo	x											
4.º Resende	x										(x)	
8.º Ribeira Grande	x										(x)	
3.º Rio Maior	x										(x)	
1.º Rio Pardo		x		x							x	
* 9.º São Lourenço	x				x				(x)			
6.º S. Miguel	x					x					x	
2.º S. Paio	x					?	x				dep.	
* 3.º S. Paio	x				x						x	
8.º S. Vicente	x								?		(x)	
1.º Seia		x		?					x		x	
1.º Sintra		x		x							(x)	
7.º Soure	x								(x)		(x)	
1.º Suberra			x			x	x		x			
* 2.º Suberra			x						x			
1.º Taipá			x		x				x		x	
9.º Valadares	x			?					x			
* 2.º Viana		x										
7.º Vila Flor	x				x				(x)		x	
1.º Vila Real			x		x			x?	x		x	
TOTAL	61	42	11	8	6	12	5	6	1	22	0	40/41

1826-7 Rev. abs.	Idade	1828 Repr. 25 Abr.	Cortes	Belf. emig.	1828-34 Gov. Mig.	Gov. Lib.	Morte	1834 Cam. Pares	Acad. Ciênc.	Bens Seq.	Maçon.	Opção política		
												Mig	Lib.	Desc.
	45			x				x		x				x
	23			x		x								x
	68	x	x		x							x>		
	26	x	x		x		x				1.º Cd.	x		
	37	x	x		x							x		
	47	x	x		(x)									x ^a
	36	x	x		(&)									x ^o
	24	x	x		x							x		
	73		(x)		(x)		x		x					x
	47	x	x		x				x			x>		
	61	x	x		?		x							x
	27	x	x		x		x					x		
	54		(x)				x							x ^o
	16			x			x						x	
	63		(x)		x							x		
	49	x	(x)		x							x		
	22	x	x		x		x					x		
	34			x				x		x	x		x	
	34	x	x		x				x			x		
	22			x		x		x		x			x	
	40	x	(x)		x							x		
	68			x		x	x		x				x	
	32	x	x											x ^a
	43	x	x		(&)		x		x					x ^o
	37			x		x				x			x	
	76	x	x				x					x?		
	39		x		x				(x)			x		
	40			x		x		x		x	x		x	
	48	x	(x)		x							x		
		x	x		(x)				x					x ^o
	49			x						x			x	
	56	Berlim			x				x			x		
	43	x		x		x		x		x	2.º Cd.		x	
	46		x		(x)	?		xx					x	
	74	x	x		(x)		x		x		3.º Cd.			x ^o
	20	x	(x)		x							x		
	31	x	Paris		x							x		
	50	x	x					xx	x		x		x	
	54	x	x		(x)		x		x			x		
	49	x	x		?		x					x		
	35	x	x		x							x>		
	30	x	x		x				(x)			x		
	7	x		?										x ^a
	8													x ^a
	16	x	(x)		x	1833x					2.º Cd.	x>	*	
	73		x		x		x					x		
	33	x	(x)		x				(x)			x		
	56	x	x								x			x ^o
	66			x				xx		x			x	
	46		(x)	?				xx					x	
	21	x	x		x							x		
	39	x	x		(x)							x		
	43	x	x		x							x		
	29	x	(x)		x							x		
	68	x					x		x		x		x	
														x
	33			x		x		x					x	
	15	x	(x)											x
	18	x	x		x							x		
	36			x		x		x		x			x	
	43			x				x		x	x		x	
0	40.98	38	41	14	32	8/9	15	12	14	10	6	29	18	14

	1.º Título			Brasil	Guer. Pen.	Napol.	1820	1823 Rev. abs.	1824 V. Franc. Abril.	1826 Cam. Pares (x)		
	-1808	1808-23	1823-									
VISCONDES												
6.º Asseca	x					x						
1.º Azenha			x		x			x	x			
2.º Azurara		x			?							
1.º Baía	x				x							
* 2.º Baía	x											
2.º Balsemão	x				(x)					x		
* 3.º Balsemão	x											
1.º Beire			x		x				x			
1.º Canelas			x		x		x	x				
1.º Costa			x		x							
1.º Ervedosa		x			x		x					
2.º Estremoz	x											
5.º Fonte Arcada	x						x			Dep.		
1.º Juromenha		x			x							
* 2.º Juromenha		x										
2.º Mage		x		x								
1.º Manique	x											
1.º Molelos		x			x		x	?	(x)			
2.º Montalegre		x			x				x			
1.º Peso da Régua			x		x		x	x				
1.º Porto Covo Band	x											
2.º Real Agrado	x				x							
1.º Rio Seco		x		x						?		
2.º Santa Marta			x		x		x		x			
2.º Santarém		x		x					?			
1.º S. Gil de Perre			x							Dep.		
1.º S. João Pesqueira			x		x			x	(x)			
1.º Souzel		x					x		(x)			
2.º Torre Bela		x							?			
1.º Várzea			x		?	x	x		x			
1.º Veiros		x			x				(x)	x		
1.º Vila Garcia			x		?			x				
1.º Vila Nova Rainha		x		x								
4.º Vila Nova ElRei	x											
Total	34	11	13	10	4	15	2	8	5	9	1	2

BARÕES												
1.º Albufeira			x		x			x		(x)		
2.º Beduido		x								x		
2.º Castelo Novo	x											
* 3.º Castelo Novo	x											
1.º Paulos			x						x			
1.º Portela			x		x					x		
1.º Queluz			x							x	?	
2.º Quintela	x											Dep.
1.º Rendufe			x							x		
1.º Sabroso			x		x				?			
1.º Sande			x									
1.º Santa Comba Dão			x					?				
1.º Sobral		x										
* 2.º Sobral		x						x				Dep.
1.º Tavarede	x											
2.º Tondela			x		x							
1.º Vila Franca			x							?		
2.º Vila Pouca	x											
1.º Vila da Praia			x				?			x		
1.º Vila Seca			x									
1.º Zambujal			x									
Total	21	5	3	13	0	4	0	2	1	6	0	0

1826-7 Rev. abs.	Idade	1828 Repr. 25 Abr.		Cortes Londres	Belf. emig.	1828-34		Morte	1834 Cam. Pares	Acad. Ciênc.	Bens Seq.	Maçon.	Opção política			
		x				Gov. Mig.	Gov. Lib.						Mig	Lib.	Desc.	
x	41	Espanha			x							x	x			
	57				x			x					x			
	24	x	x		x					x			x			
	42	x	x		x			x					x			
	19		(x)		x								x			
	54				?					x					x	
	27				x								x			
	53	x			x				Dep.				x			
x	58	Espanha			x								x			
	71							x								x
	38				(x)									x		
	47	x	x												x	
	34						x		Dep.						x	
	66	x	(x)					x								
	21		x		?							x	x			
	57	x	x		x								x			
	53	x	x		x								x			
x	54	Espanha			x							x	x			
x	57	Espanha			x								x			
?	64	Espanha?			x								x			
	31		x		x								x		*	
	57				x								x			
	66															x°
?	61	Espanha?			x								x			
	36		x		x					x			x			
	62				(x)		x		xx						x	
	49	Espanha?			x								x			
	66	x			x								x			
	33	x			x								x			
x		Espanha			x			x					x			
	81	x			x			x					x			
x	64	Espanha			x			x					x			
	54	x	(x)		(x)			x								x
	22	x			x								x			
6	49.06	13	11		0	27	2	9	1	3	0	3	x	26	4	4

	53		x			x							x	x		
	30	x	(x)			x							x	x		
	54		xP			x								x		
			(x)													x
x	63	Espanha				x								x		
x	39	x	Espanha			x								x		
	35	x	(x)			x								x		
	26	x	(x)			* 1831x			xx			1.º Br	x	*		
	33				x		x							x		
	32				x		x	x						x		
	66	x	x			?								x		
	40					x								x		
	75	x	(x)					x								x
	52						x						x			
	34	x	xP			x								x		
	44					x								x		
	61		(x)			(x)		x						x		
x	25					x								x		
	68	x	x			x		x		x				x		
	62	Viena				x								x		
	45	x				x								x		
3	46.85	8	12		2	14/15	3/4	4	1	1	0	2	x	16	3	2